

FELIPE MIRANDA FERRARI PICOLO

Prefácio

Jacinto Arruda Câmara

PRORROGAÇÃO ANTECIPADA DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Área específica da obra
Direito Administrativo

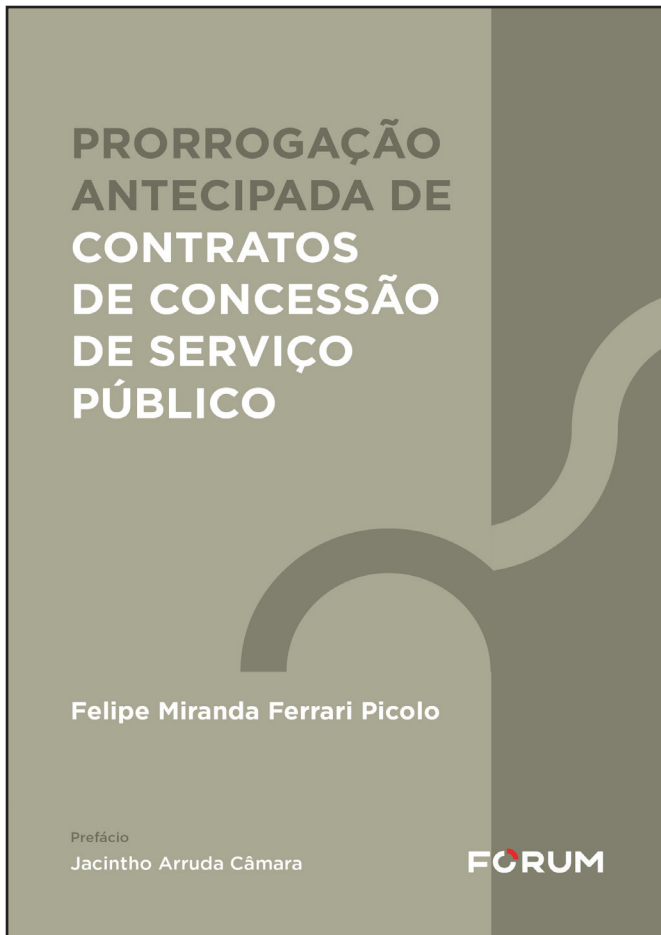
Áreas afins do livro
Direito Constitucional
Direito Público

Palavras-chave

Contrato de concessão de serviço público.
Prorrogação antecipada. Contrapartidas e
novas obrigações contratuais. Mutabilidade
dos contratos de concessão.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3195



A temática das prorrogações antecipadas dos contratos de concessão de serviço público surge a partir das novas necessidades oriundas de políticas públicas e da prestação adequada dos serviços públicos concedidos no início da década de 1990. Com a aplicação desse instituto, tribunais superiores e órgãos de controle foram provocados para decidir sobre a constitucionalidade e a legalidade das prorrogações antecipadas, tanto em casos abstratos quanto em casos concretos. Com base nesse acervo legislativo e jurisprudencial, esta obra identifica o regime jurídico das prorrogações antecipadas, diferenciando-o de outras modalidades de prorrogações, e estabelece os requisitos autorizativos à prorrogação antecipada

e as possíveis contrapartidas a serem inseridas nos contratos de concessão.

“Para explicar o fenômeno da prorrogação antecipada de concessões, o trabalho não poderia se limitar a expor ou mesmo a criticar as raras passagens escritas num passado distante. Esse tema simplesmente não frequentou a agenda da produção jurídica no Brasil a ponto de merecer as reflexões que hoje estão sendo produzidas pelos aplicadores do Direito. Felipe não só aceitou o desafio, como produziu um texto que certamente passará a ser referência sobre o tema.”

Jacinto Arruda Câmara.

Professor da Faculdade de Direito da PUC-SP

P598p	Picolo, Felipe Miranda Ferrari
	Prorrogação antecipada de Contratos de Concessão de Serviço Público / Felipe Miranda Ferrari Picolo. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
	150 p. 14,5x21,5cm ISBN 978-65-5518-652-9
	1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Direito público. I. Título.
	CDD: 342 CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PICOLO, Felipe Miranda Ferrari. *Prorrogação antecipada de Contratos de Concessão de Serviço Público*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 150 p. ISBN 978-65-5518-652-9.

Felipe Miranda Ferrari Picolo

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Graduado em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrando em Direito dos Setores Regulados pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (UC3M). Advogado especialista em direito administrativo e regulatório.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E PRAZO DE VIGÊNCIA	25
1.1 Considerações iniciais.....	25
1.2 A função dos prazos nas concessões de serviço público	29
1.3 O prazo das concessões de serviço público na legislação	32
1.4 Síntese	37
CAPÍTULO 2	
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL	39
2.1 Definição da prorrogação contratual.....	39
2.2 Prorrogação por reequilíbrio econômico-financeiro	43
2.3 Prorrogação para a continuidade da prestação do serviço público	47
2.4 Prorrogação ordinária.....	51
2.5 Prorrogação contratual e o dever de licitar	57
2.6 Síntese	64
CAPÍTULO 3	
AS PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	65
3.1 Origem da expressão “prorrogação antecipada”	65
3.2 Definição das prorrogações antecipadas	68
3.3 (Des)necessidade de lei autorizativa específica	74
3.4 Síntese	79
CAPÍTULO 4	
REQUISITOS DAS PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS	81
4.1 Considerações iniciais.....	81
4.2 Concessão precedida de licitação pública	83
4.3 Previsão expressa no instrumento contratual ou em edital de licitação	85
4.4 Vigência contratual e tempestividade do pedido de prorrogação.....	91
4.5 Compatibilidade com o interesse público ou “vantajosidade” da medida	94
4.6 Participação social	109
4.7 Síntese	113
CAPÍTULO 5	
CONTRAPARTIDAS PELA PRORROGAÇÃO ANTECIPADA.....	115
5.1 Considerações iniciais.....	115
5.2 Inclusão de investimentos não previstos no contrato de concessão original	119
5.3 Pagamento pela prorrogação da concessão	127
5.4 Investimentos cruzados.....	129
5.5 Redução tarifária	134
5.6 Inclusão de novas obrigações para manter a prestação do serviço adequado	135
5.7 Sínteses.....	138
CAPÍTULO 6	
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	141
6.1 Síntese	141
6.2 Conclusões.....	143
REFERÊNCIAS.....	145